

Advogado critica política social do governo em seminário indígena

"A política social de FHC é de completa falência". Foi o que disse ontem o advogado Paulo Guimarães, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário Brasileiro), durante o seminário "Decreto nº 1775/96: Desafios para o Movimento Indígena".

O seminário está sendo realizado para discutir a importância do Decreto 1775/96, que trata da demarcação de terras indígenas, numa iniciativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

O seminário foi aberto às 9h30 por Gersem Luciano Baniwa, coordenador da Coiab, que destacou as dificuldades enfrentadas pelos

índios da Amazônia Brasileira. "A participação dos especialistas que aqui estão é fundamental ao nosso trabalho, visto que até hoje não houve um maior entendimento entre as populações indígenas e as autoridades".

Paulo Guimarães lembrou que a falta da demarcação das terras indígenas é a causa dos constantes conflitos com fazendeiros. "Não apenas isso, como também a falta de assistência, em termos gerais, atinge a todos eles". Guimarães observou que essa não é uma peculiaridade dos primitivos habitantes do nosso país.

Para Benedito Rangel, administrador em exercício da Funai/Manaus, "conflitos dessa natureza só irão terminar

quando as áreas indígenas forem demarcadas, homologadas e registradas em cartório, via Funai". Já o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, do Museu Nacional, priorizou as aplicações práticas do decreto na vida dos nossos índios. "O Brasil tem cerca de 325 mil índios e o Estado do Amazonas aproximadamente 60 mil; por isso é tão importante a questão das terras, do meio ambiente e da valorização do índio", enfatizou.

Participaram também o vereador Aloísio Nogueira (PT) e a professora Conceição Fraga, que representou a Pró-Reitoria de Extensão da UA e a Coordenadoria de Interiorização.



Seminário em Manaus discute dificuldades enfrentadas pelos indígenas na região amazônica